



Universidade do Minho
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Exmo. Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof. Dr. Manuel Heitor,

Repensar a política científica em Portugal - sugestões a partir da área de Ciências da Comunicação

I. Enquadramento geral de uma reforma da FCT

Existe, hoje, um sério problema sobre quem determina a pesquisa, designadamente os temas prioritários de investigação, os problemas que vale a pena investigar, e também a pesquisa que justifica financiamento.

Aquilo que é hoje de uma clareza meridiana para a comunidade científica, nacional e internacional, é que quem financia a pesquisa determina igualmente o que vale a pena ser investigado, os paradigmas teórico-metodológicos que devem ser utilizados, em que língua deve ser feita a pesquisa, que regras devem ser observadas na avaliação da investigação, e finalmente, de que região geo-cultural devem ser os investigadores que fazem a avaliação.

Hoje, a comunidade científica, em geral, não tem ilusões a este respeito: não tem apoio financeiro quem reclamar liberdade de investigação no que respeita ao assunto a pesquisar, ao problema a analisar, à língua a utilizar e aos paradigmas teórico-metodológicos a seguir.

Nenhum Estado está hoje interessado noutra coisa que não seja ciência operatória e instrumental. Porque na era da economia-mundo não parece haver mais mundo para lá das alianças, das solidariedades e da coesão que se erguem pela força da economia, pelo dinamismo dos mercados, pelos compromissos políticos e pelo cosmopolitismo técnico-científico.

A qualidade que se pede, hoje, à ciência esgota-se num conceito de 'excelência', que serve os desígnios de uma razão utilitarista, produtivista e mercantilista, de uma ciência todavia sem a complexidade do humano, porque sem memória, sem responsabilidade e sem consciência.

Tanto a avaliação das unidades de pesquisa, como a avaliação dos projetos de todas as áreas científicas, que o Estado português promove, há mais de uma dúzia de anos, através da FCT, são processos que nos elucidam sobre o sentido das políticas científicas e tecnológicas em que apostam.

Ao impor aos investigadores portugueses o inglês como única língua de uso, ao entregar a avaliação científica a investigadores exclusivamente estrangeiros, e com predominância da área geo-cultural anglo-saxónica (o que, pelo menos na área das ciências sociais e humanas, acontece à revelia das opções estratégicas de cooperação da comunidade nacional, que privilegia os contextos lusófonos e ibero-americanos), ao valorizar, de modo obsessivo, a publicação de artigos em revistas de fator de impacto como principal critério de avaliação do mérito científico, e ao constituírem conselhos científicos de área, sem qualquer consulta à comunidade académica, o Estado português retira o país do convívio das nações evoluídas.

Esta ‘ajuda’ internacional na investigação (na língua, nos assuntos a tratar, nas equipas de avaliação, nos modelos teóricos a que se subordina), a pedido do Governo português (via FCT), assemelha-se demasiado à situação de um país “sob assistência financeira internacional”. Também na ciência a situação é de ‘resgate’ financeiro, com a Europa, como instituição financiadora, a estabelecer o modo de fazer ciência e o Governo português, numa atitude submissa, a servir interesses externos, e não os interesses da comunidade nacional.

Um exemplo deste “resgate” científico, particularmente lesivo dos interesses da comunidade científica nacional, foram os acordos de cooperação estabelecidos, em outubro de 2006, entre o Governo e três instituições norte-americanas, designadamente o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU), e a University of Texas em Austin (UTA).

Esses protocolos deram origem a um conjunto de ações de cooperação científica e tecnológica, que envolvem programas internacionais de investigação e de ensino pós-graduado, pagos pelo governo português, com verbas europeias, que assim deslocou somas financeiras significativas do apoio a projetos de doutoramento e de pós-doutoramento das unidades de investigação nacionais para universidades americanas, não tendo sido até hoje avaliados os resultados e as contrapartidas para o nosso país desta política de cooperação.

O Governo estabeleceu esta estratégia de internacionalização das Ciências em Portugal, à revelia das estratégias de cooperação internacional já estabelecidas pelas unidades de investigação, e à revelia também dos próprios processos que a FCT desencadeou e estabeleceu para a avaliação da qualidade e do mérito dos grupos de investigação existentes no país.

Considerando especificamente o acordo feito pelo Governo português com a Universidade do Texas, em Austin, é surpreendente que o Ministério da Ciência tenha escolhido a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade do Porto como parceiros da universidade americana, para projetos

de investigação e doutoramentos em comunicação digital e comunicação multimédia, quando estas universidades portuguesas nem sequer têm centros de excelência na área.

Esta colagem do modelo de organização da ciência em Portugal a figurinos estrangeiros (as áreas científicas foram ainda recentemente redefinidas segundo o modelo da European Research Foundation e os investigadores que avaliaram a produção científica nacional foram todos membros do European Science Foundation) tem como objetivo, de acordo com a FCT, tornar Portugal um parceiro que concorra para reforçar a capacidade competitiva da Europa na cena mundial.

Mas não deixa de ser significativo que encontremos no relatório, produzido em finais de dezembro de 2011 pelo Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades, da FCT, presidido por José Mattoso, uma carta dirigida ao Presidente desta Fundação, assinada por 88 docentes e investigadores de Economia, exigindo “pluralismo e abertura interdisciplinar na investigação sobre Economia”.

A denúncia da “unicidade empobrecedora dos estudos nesta área”, assim como a hostilização da diversidade, em função da subordinação da qualidade à lealdade a um cânone hegemónico, na avaliação de projetos de investigação pela FCT, não é, todavia, uma realidade específica da Economia. É, afinal de contas, a lei de bronze que se impõe ao conjunto das CSH.

II. Medidas para mudar de rumo

1. A FCT deve ouvir a comunidade científica (os centros de excelência e as associações científicas representativas, por área específica), corrigindo uma ancestral lógica centralista de gestão da ciência. Esta lógica centralista tem produzido, por um lado, uma enraizada prática de opacidade nos procedimentos, e, por outro, o empastelamento administrativo das unidades.

Vários exemplos.

- A FCT desenvolveu uma política de financiamento das unidades que as coloca em permanente instabilidade: falha regularmente os compromissos assumidos e levanta permanentes limitações à execução orçamental.

- Desenvolveu uma parafernália de procedimentos administrativos, que têm infestado o quotidiano da vida das unidades, esquadrihando-as através de relatórios e inquéritos que se multiplicam e sobrepõem.

- As associações científicas devem ser ouvidas para a constituição pela FCT do Conselho Científico de cada área.

- Não deve haver investigadores encapotados na avaliação dos projetos e bolsas, escolhidos sem critério conhecido, mas responsáveis pelas *short lists*, que instruem as decisões dos júris internacionais.

- Deve a FCT descentralizar o processo de gestão das bolsas de doutoramento, pós-doutoramento e “investigadores FCT de topo”, alocando uma parte às unidades de excelência, para sua gestão direta.

2. A FCT deve valorizar o conhecimento produzido em língua portuguesa, apoiando, nas CSH, o livro e as boas revistas científicas. Por outro lado, deve promover nas CSH a cooperação lusófona, apoiando parcerias em projetos e publicações, originários desta área geográfica e cultural.

3. A FCT deve constituir para os concursos (de projetos e de bolsas) painéis de avaliação que garantam a diversidade dos paradigmas e respeitem as tradições disciplinares, e também uma prática científica plural, corrigindo a queda para o paradigma da ciência objetivista e operativa, em exclusivo acordo com unidades de medida.

Com efeito, ao atrelar as CSH a estratégias mercantilistas, produtivistas e gestionárias, a FCT está a abastardá-las. Três exemplos:

- A FCT tem promovido avaliações de centros (caso da avaliação de 2013/2014), projetos (caso do concurso para infraestruturas tecnológicas, 2013) e bolsas de investigação (caso dos investigadores de topo, ou investigadores FCT, em 2012, 2013, 2014), constituindo júris sem competência específica em áreas cobertas pelos concursos.

- A FCT vinculou o sucesso em concursos nas CSH a pareceres das Comissões Coordenadoras Regionais - pareceres eminentemente técnicos, vinculados a uma lógica que valoriza em exclusivo o “impacto económico” dos projetos.

- No último concurso para projetos em todas as áreas científicas (2014), a FCT estendeu às CSH, pela primeira vez, a categoria de avaliação “impacto económico do projeto” – uma categoria inadequada, por regra, nas CSH.

4. A FCT não deve substituir-se aos centros, definindo e escolhendo os seus parceiros estratégicos para a internacionalização.

Vimos no passado esse tipo de intervenção, de cima para baixo, à revelia das dinâmicas estabelecidas no campo científico e com o desprezo das competências reconhecidas por avaliações que a própria FCT promoveu.

Por exemplo, no domínio da comunicação digital e da comunicação multimédia, vimos a FCT escolher, em benefício indevido de uns e prejuízo de outros, os parceiros portugueses para a cooperação com a Universidade de Austin.

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), o melhor centro de ciências da comunicação do país, classificado como Excelente nas duas últimas Avaliações da FCT (2008 e 2014), foi todavia marginalizado neste processo.

5. Também não pode a FCT discriminar financeiramente os Centros de Excelência, em favor dos Laboratórios Associados, cujo envelope financeiro chegou a representar dois terços do orçamento global do Estado para a ciência. Penso que esta discrepância ainda hoje se mantém.

III. Experimentar novas articulações

Hoje, a Europa apresenta-se unificada, mas em crise. Por essa razão, é importante conhecermos o que nos identifica e distingue como nação.

1. Com o processo de globalização sócio-económica a assinalar o tempo, é necessário estudar as identidades nacionais, regionais e locais, assim como as identidades transnacionais – sobretudo as identidades, europeia e lusófona.

2. Precisamos de respeitar a língua portuguesa como língua de cultura e pensamento, e em consequência, reconhecê-la como língua de conhecimento. Fazendo-o, precisamos de atribuir valor estratégico à construção da comunidade de investigação lusófona.

3. Da mesma forma que o crescimento económico e tecnológico não pode dispensar a dimensão cultural, também a ideia de desenvolvimento não pode dispensar as CSH. Na era da globalização da economia, pela potência da tecnologia, as CSH reveem-se na ideia do desenvolvimento harmonioso, da solidariedade humana e da coesão social. Porque se entendem como parte inteira no convívio das ciências e como parte inteira no desenvolvimento coletivo.



Moisés de Lemos Martins

Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS, da Universidade do Minho)
Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), de 2005 a 2015